

CONVENÇÃO

Eleição Presidencial

FHC apresenta testemunhas de que governo não barganhou voto

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luiz Carlos Mendonça de Barros, e o secretário de Fazenda de Santa Catarina, Nelson Wedekin, são as duas testemunhas de defesa escolhidas pelos advogados do presidente Fernando Henrique Cardoso, na representação em curso no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em que é acusado de uso da máquina pública na convenção do PMDB, realizada no dia 8 de março. A convenção foi vencida pelos governistas, que rejeitaram a tese da candidatura própria do partido nas eleições presidenciais deste ano.

A relação das testemunhas foi encaminhada ao TSE, junto com provas documentais que pretendem provar que não houve favorecimento ao governo de Santa Catarina em troca de votos na convenção do PMDB, em que o partido decidiu apoiar a reeleição de Fernando Henrique.

Como provas de defesa, foram anexadas ao processo duas declarações do presidente do BNDES. Mendonça de Barros afirma que a diretoria do Banco aprovou o Programa de Estímulo à Privatização Estadual (Pepe), muito antes da convenção peemedebista, em 9 de maio de 1996. Afirma, ainda, que não há pedido formal de colaboração financeira a título de antecipação de receitas, nem qualquer repasse de recursos do BNDES para o governo catarinense.

ROLAGEM

O secretário de Fazenda de Santa Catarina sustenta, em carta ao TSE, que desde 1997 vem fazendo gestões junto ao Banco e que o adiantamento de receitas não aconteceu. Quanto à rolagem da dívida estadual, Nelson Wedekin afirma que todas as negociações dos débitos dos estados vêm tendo os contratos ativados. O secretário afirma, ainda, que não houve qualquer compromisso entre o presidente da República e o governador Paulo Affonso para a rolagem da dívida de Santa Catarina.

Com a defesa em mãos, o ministro Nilson Naves vai definir os próximos passos do processo. Ele deverá convocar para depoimentos o senador Roberto Requião e o ex-presidente Itamar Franco, que vem seguidamente acusando o presidente Fernando Henrique Cardoso de ter se utilizado da máquina administrativa federal para aliciar convencionais do PMDB a votarem contra a tese da candidatura própria.

Tanto Requião como Itamar, que foi derrotado em sua tentativa de ser oficializado como candidato do PMDB à Presidência, foram indicados anteriormente como testemunhas da representação dos deputados petistas Luiz Mainardi e Milton Mendes.

O Tribunal de Contas da União vai fiscalizar todas as verbas liberadas pelo Executivo entre os dias 4 de julho e 4 de outubro, para impedir o uso da máquina pública nas eleições desse ano. Requerimento nesse sentido foi aprovado ontem pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara, com caráter definitivo. Os autores do requerimento foram os deputados Humberto Costa (PT-PE) e Paulo Bernardo (PT-PR).